



ELLO



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVIII — N.º 211

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — JUNHO 1992 — 100\$00

— VIDA ASSOCIATIVA — — JUNHO —

dia 14

Comemorações do 18.º aniversário encerram em Bragança com intensa participação associativa e presença de autoridades locais

Reunião preparatória em Aveiras de Cima assenta alicerces para a criação do Núcleo dos Concelhos de Alenquer, Azambuja e Cartaxo

dia 19

Sócios reunidos na Sede reivindicam o direito a contribuir para as decisões de mudança e futuro da ADFA

dia 23

Órgãos Sociais Centrais reunidos na Sede analisam um ano de mandato, posicionamento, dificuldades actuais e perspectivas para o futuro

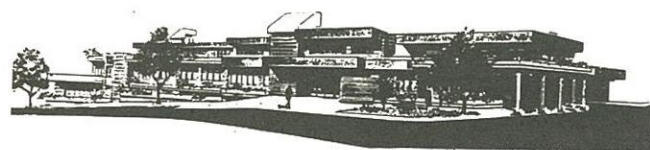
dia 26

Convívio associativo em Setúbal reúne centenas de sócios e familiares em torno da «mãe» ADFA

dia 27

SEDE NACIONAL

**Para teres a casa que mereces
contribui para o seu equipamen-
to e dignificação**



TIMOR! SEMPRE!



Visitas guiadas

Com o objectivo de mostrar o Centro aos sócios da A.D.F.A., ir-se-ão programar visitas guiadas, através das quais se pretende apresentar o trabalho aí desenvolvido e as suas instalações.

O interesse destas visitas é maior quando estiverem concluídas algumas obras em curso, o que acontecerá durante o mês de Maio. Assim, no próximo ELO se informará do início dessas visitas e da sua organização.

Sistema de Transportes

A localização do Centro poderá criar, inicialmente, alguma dificuldade no acesso dos utentes.

Assim e para obviar a estas dificuldades, vão ser implementadas duas estratégias:

1. Informação largamente difundida da localização do Centro e do sistema de transportes públicos do «Grande Porto» para lá;
2. Organização de um sistema de transporte próprio para servir sobretudo as populações residentes na zona oriental do «Grande Porto», nos seguintes moldes:

Ligação diária.
Para profissionais e formandos:

PORTO (ADFA) 8H30	ARCOZELO 9H/17H	PORTO 17H30
----------------------	--------------------	----------------

Para utentes:

ADFA 9H30 14H00	ARCOZELO 10H/12H30 14H30/17H00	13H00/17H30
-----------------------	--------------------------------------	-------------

Ligação nos dias da consulta no HMR 1 (para sócios da A.D.F.A.):

A carrinha levará os sócios, do HMR 1 para o Centro e colocá-los-á de novo na Delegação da A.D.F.A., após a conclusão do trabalho ali a fazer.

Av. João Paulo II 4405 VALADARES
Arcozele Tel. (02) 762 77 86



Secretário Nacional de Reabilitação

Câmara Municipal de Lisboa

Tal como já aconteceu o ano passado, e dado o êxito obtido, o Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa levou a efeito, nas instalações do Jardim Zoológico, no dia 5 deste mês, um agradável e animado convívio para crianças e jovens deficientes da capital, denominado «Lisboa Diferente», ao qual compareceram também numerosos convidados, nomeadamente a dr.ª Maria Barroso, o Presidente da Direcção Central da ADF membros do Secretariado Nacional de Reabilitação e dirigentes de organizações de e para pessoas deficientes, os quais foram recebidos e acompanhados pelos responsáveis daquele gabinete camarário, tendo a ocasião sido aproveitada para reafirmação do empenho de todas as entidades no prosseguimento de acções conjuntas e convergentes.

Hospital da Marinha

Em seguimento dos contactos efectuados pela Direcção Central no sentido da procura de melhoria do atendimento e acompanhamento aos deficientes militares nos estabelecimentos hospitalares dos três Ramos das Forças Armadas (ver ELO/MAI92), o Presidente da DC e o responsável pelo GOS, acompanhados pela técnica de serviço social da Sede, foram recebidos pelo Director do Hospital da Marinha, capitão MG médico, dr. Manuel José Pires de Carvalho, no passado dia 8, tendo sido trocadas informações e opiniões sobre este assunto, assim como analisadas algumas situações pontuais surgidas, tendo o Director do HM considerado como muito interessantes as propostas adiantadas pela A.D.F.A., as quais, aliás, se enquadram nas preocupações e disposições daquele estabelecimento.

No intuito de auscultar as organizações de e para deficientes membros do Conselho Nacional de Reabilitação, após a sua recente tomada de posse (ELO/MAI92), recebeu do dr. António Charana, em reunião de trabalho, a Direcção Central da A.D.F.A., no passado dia 12, e nas pessoas dos seus Presidentes, 1.º e 2.º Secretários, tendo sido passados em revista alguns dos «dossiers» que interessam às duas entidades, assim como trocadas impressões sobre o trabalho, quer do SNR quer do CNR, no sentido de um mais rápido desenvolvimento das políticas sectoriais de apoio e assistência.

Hospital Militar Principal

Tendo em atenção a anunciada desactivação definitiva do Anexo de Campolide, onde ainda funcionam alguns serviços do HMP, nomeadamente Fisiatria, e a fim de analisar a situação e providências a tomar, o Director do Hospital Militar, coronel médico dr. Eduardo Mota, recebeu, no passado dia 29, a Direcção Central da A.D.F.A.

Estando já apresentados os projectos para construção dos seus pavilhões, nos terrenos da Estrela, procurou-se dispô-los numa perspectiva integrada dos diversos serviços e consultas, de forma a não só racionalizar o espaço como também a humanizar e facilitar o atendimento, conseguindo melhores condições para, em especial, os grandes deficientes, estando ainda prevista a instalação do Gabinete do Utente nesse local.

Aproveitada a ocasião para mais alargada troca de informações, foi reiterada aos dirigentes da A.D.F.A. a garantia de que não haverá falta de verbas para assistência aos deficientes militares, nomeadamente no respeitante a ajudas técnicas, e que se algumas anomalias se verificam, tenta-se que sejam colmatadas com a urgência possível.



ESTEVE...

NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Por convite dirigido aos Órgãos de Imprensa militar pelo Comissão de Defesa Nacional, da Assembleia da República, o ELO esteve presente num encontro realizado nas instalações do Parlamento, no passado dia 1 de Junho, que pese a finalidade não só de fazer a apresentação das atribuições, fins e perspectivas daquela Comissão, como também de conhecer e auscultar a realidade e as envolvências da área da informação jornalística militar.

A sessão de trabalho, que decorreu no imponente cenário do Salão Nobre, foi aberta com a apresentação de cumprimentos pelo Presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo, que fez, aliás, questão de acompanhar toda a sua primeira parte. Seguidamente o Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, Miranda Calha, saudou também os Directores e outros colaboradores das numerosas publicações presentes, salientando-se da sua intervenção a importância que atribuiu ao trabalho e missão dos «media» quer em termos de defesa nacional, quer quanto a acompanhamento directo e cobertura noticiosa de conflitos.

Seguiram-se no uso da palavra os deputados João Amaral, Cardoso

Ferreira, Marques Júnior e Adriano Moreira, todos membros da Comissão, que trataram, respectivamente, os temas «As atribuições da Assembleia da República em matéria de Defesa Nacional», «O trabalho parlamentar: papel da Comissão de Defesa Nacional», «As questões de Defesa Nacional: o papel da Comunicação Social» e «A importância do ensino na problemática da Defesa Nacional», após o que se iniciou um espaço de debate com responsáveis de vários órgãos de informação militar, que não só prestaram esclarecimentos sobre a realidade deste sector específico da Imprensa, como também questionaram os vários oradores sobre afirmações feitas, assim como emitiram opiniões e sugestões quanto a futuras acções da Comissão, aproveitando todos para enaltecer esta sua iniciativa.

A terminar esta jornada, e depois de evocação histórica do Palácio de São Bento e visita guiada aos seus mais significativos locais, nomeadamente as Salas do Plenário e do Senado, os Passos Perdidos e os jardins, foi oferecido aos participantes, pela Comissão, um jantar no restaurante dos Deputados, na Assembleia da República.

TIPOGRAFIA-ESCOLA

Nas suas remodeladas e modernizadas secções de:

ENCADERNAÇÃO ● FOTOGRAFIA
IMPRESSÃO ● MONTAGEM
OFF-SET/TIPOGRAFIA

executa os mais variados trabalhos no campo das artes gráficas, nomeadamente:

LIVROS ● EMBALAGENS ● CARTÕES
● FACTURAS ● RECIBOS ● GUIAS DE
REMESSA ● CARTAS ● ENVELOPES

Contactar: *Tipografia-Escola A.D.F.A.*
(sr. Mário Mendes)

H. M. P. — Anexo Campolide
R. Artilharia Um, n.º 107
1200 LISBOA

☎ 65 35 93



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 11 000 exemplares

DIRECTOR: Patuleia Mendes

CHEFE DE REDACÇÃO: José Manuel Sande

Os textos assinados não reproduzem, necessariamente, as posições da A.D.F.A. ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1000\$00.

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

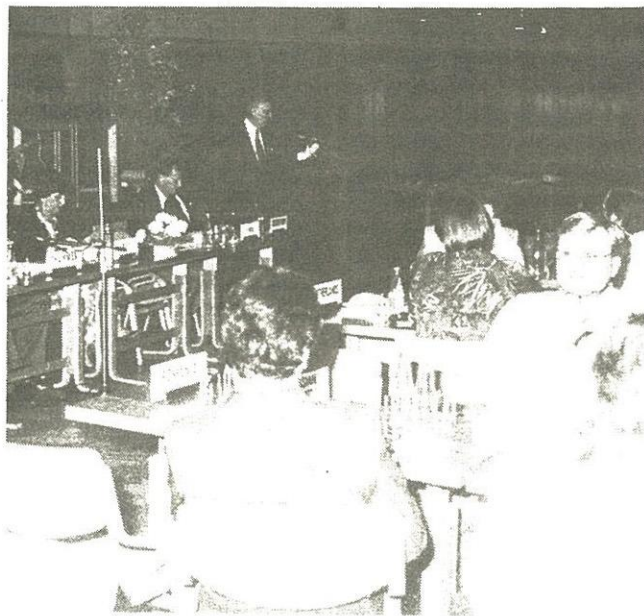
Europa: 1800\$00
Fora da Europa: 2100\$00
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)

ADFA esteve...

- III Conferência Mundial de Engenharia da Reabilitação — REHAB3
- Seminário sobre cooperação internacional em engenharia da reabilitação — RESEM92

Em 1989, a Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UN/ECE) e a Federação Internacional para a Engenharia Médica e Biológica (IFMBE), em sessão de trabalho conjunta sobre «engenharia de indústrias e automação, decidiu organizar um estudo sobre «engenharia da reabilitação», incidindo sobre quatro pontos principais: perspectivas a curto e médio prazo das necessidades de tecnologia de reabilitação; tecnologias de reabilitação existentes e emergentes, e definição de prioridades para o desenvolvimento tecnológico; estruturas e orientações de «marketing» e sistemas de fornecimento de dispositivos técnicos e, finalmente, custos efectivos da tecnologia da engenharia da reabilitação, incluindo aspectos financeiros e de qualidade de vida.

Em sequência dessa decisão, foram programadas três reuniões internacionais, tendo-se realizado a primeira — REHAB1 —, nos Estados Unidos da América (Junho de 1990)



e a segunda — REHAB2 —, na Noruega (Maio de 1991).

A terceira — REHAB3 —, e última, portanto, teve lugar de 24 a 27 do mês passado, em Trebon, na Checoslováquia, tendo sido organizada pelo Ministério da Saúde da República Checa, contando com o apoio de diversas entidades internacionais.

Considerada, em conjunto com as anteriores, como o principal contributo da UN/ECE, da

IFMBE e também da WHO/EURO (Organização Mundial de Saúde para a Europa), para assinalar o fim da «Década das Nações Unidas para as Pessoas Deficientes»

(1983/92), a REHAB3 contou com a presença de delegações da Albânia, Áustria, Bélgica, Estados Unidos da América, Finlândia, Holanda, Hungria, Itália, Japão, Jugoslávia, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido,

República Federal Checa e Eslovaca, Roménia, Rússia, Suécia, Suíça e União Indiana, bem como de representantes de numerosas organizações internacionais, nomeadamente a ONU, a CEE, a RI e a FMAC.

Após encerrada esta conferência, que reuniu alguns dos maiores nomes mundiais no campo da engenharia da reabilitação, seguiu-se-lhe, na Universidade Carolina, em Praga, e organizado pela delegação dos Estados Unidos da América à REHAB3, um seminário sobre cooperação internacional em engenharia da reabilitação, como resposta a uma sugestão do ministro da Saúde checo, e que teve interesse, especialmente no sentido de desbloquear contactos e abrir laços de cooperação.

A estes dois encontros, sobre que ELO dará notícia mais alargada em próximo número, esteve presente, não só como delegado da ADFA mas também em representação da FMAC, o nosso associado António Carreiro.

Conferência Europeia: «Famílias e pessoas com deficiência»

Conforme foi noticiado no «Elo» de Abril, realizou-se nos dias 2 e 3 desse mesmo mês, na Fundação Gulbenkian, uma conferência apoiada, entre outras entidades, pela Comissão das Comunidades Europeias e que versou o tema «Famílias e pessoas com deficiência — realidades e oportunidades».

E se no artigo então publicado, se dava realce a trabalhos enviados ao «Elo» por dois associados que estiveram presentes a esse encontro, hoje permitimo-nos transcrever, do relatório da técnica de serviço social da ADFA dr.^a Gracinda Benedito, agora recebido, a sua parte final, como complemento necessário a me-

lhor conhecimento da importância do que foi tratado.

Nesta conferência é de salientar o testemunho dos pais de crianças deficientes, nomeadamente dos pais de uma criança adoptiva.

Muitos conferencistas referiram o facto da não existência de um diagnóstico precoce, e como exemplo apontaram os casos em que os médicos, depois de alertados pelos pais «que acham qualquer coisa diferente nos filhos», dizem, que «isso é impressão sua», e só volvidos 1 ou 2 anos é que são detectadas anomalias ou atrasos no desenvolvimento da criança.

Outra questão também

importante «de que se falou nesta reunião foi a da «integração das pessoas com deficiência em famílias». Isto é, em alternativa aos lares e internatos, à semelhança da integração de crianças através da «colocação familiar», os Centros Regionais de Segurança Social deverão dar apoio económico a famílias que queiram receber pessoas com deficiência (crianças e adultos).

Esta opção reveste-se de particular importância dado o facto da grande lacuna existente ao nível de equipamento social, o qual actualmente não tem qualquer resposta ou é quase nula, no que concerne à integração de pes-

soas com deficiência, sendo assim uma forma de colmatar apenas, se não totalmente pelo menos em parte.

Por outro lado, se essa possibilidade for colocada em prática, é também uma forma de as pessoas com deficiência fazerem parte integrante da comunidade e não serem segregadas na mesma.

Como ilação desta conferência poder-se-á dizer que a ideia-chave é de que a família desempenha um papel preponderante na integração da pessoa com deficiência, tanto ao nível familiar como social, e que é importante como seu suporte.

APOIO PSICOSSOCIAL AOS SÓCIOS

Conforme foi noticiado na última edição do ELO, passou a estar à disposição dos sócios da ADFA, na Sede, um serviço de apoio psicossocial destinado a atendimento personalizado de associados e familiares, em casos que se predam, principalmente, com assistência médico-protésica e/ou necessidade de apoio domiciliário.

Tal serviço, em ligação com o Departamento de Reabilitação e sob a responsabilidade do nosso sócio Silvério Rodrigues, tem atendimento pessoal e directo das 11 às 13 horas e das 14 às 16 horas, diariamente, dispondo ainda de um gravador de chamadas (telefone 342 62 47) para os que não possam aparecer ou falar dentro das horas indicadas. Neste último caso, quem tiver que utilizar o sistema deve, após ouvir a nossa mensagem e o sinal sonoro que se lhe segue, indicar pausadamente o seu nome, número de sócio (se for o caso), assunto que precisa de tratar e o número de telefone ou a morada para onde pode ser contactado.

Porque é um serviço novo, poderão verificar-se, de início, algumas anomalias, pelo que, além de compreensão, se pedem, aos utentes, sugestões para um seu melhor funcionamento.



342 62 47

ADFA responde à tua chamada

EDITORIAL



As «Organizações Não-Governamentais», muito em especial as associações de deficientes, pela especificidade e dificuldades acrescidas dos elementos que as integram, só se mantêm com capacidade reivindicativa e postura vertical perante as sociedades em que se inserem quando a sua política de intervenção é fruto, por parte de todos os elementos, de análise consciente e participada das propostas a defender pelos responsáveis, em debate crítico e militante.

Dentro dos parâmetros do programa eleitoral proposto aos sócios, em 24 de Junho do ano findo, e da sua filosofia, consequência emergente das actividades a desenvolver para o ano de 1992 por parte da Direcção Central, foram interessada e intensamente auscultados, durante este ano, as opiniões dos associados a partir das reuniões formais e informais já havidas.

Assim e no que se refere a reuniões formais, o Conselho Nacional, a Assembleia Geral Nacional, as diversas Assembleias Gerais de Delegação, o 1.º Encontro Nacional dos Núcleos, em Alcobaça, as várias reuniões já realizadas entre os subscritores de trabalhos que visam a revisão estatutária e o encontro com associados, na Sede, no corrente mês de Junho, constituíram referência e barómetro para os Órgãos Sociais nacionais e regionais, da firme e interessada vontade dos sócios em participar, inequívoca e qualitativamente, na definição das linhas de orientação que devem nortear, para o futuro, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Das reuniões simultaneamente formais e menos formais, o 18.º aniversário vivido em Lisboa, zona centro/Delegação de Coimbra e zona norte/Delegação de Bragança, a confraternização associativa na Delegação de Vila Nova de Famalicão, o convívio organizado pela Delegação de Setúbal, os encontros preliminares para a criação do novo Núcleo que abrangerá os sócios dos Concelhos de Alenquer, Azambuja e Cartaxo, formam, de maneira mais singela que não menos participada, idênticas contas do mesmo rosário, demonstração de igual modo inequívoca, de que a dinâmica e vivacidade da nossa Associação e a vontade de dizer presente por parte dos seus elementos, constitui garante da capacidade de envolvimento associativa, em todos os momentos e fases da vida colectiva.

É, pelo demonstrado, vital a contínua e permanente auscultação, por parte dos responsáveis, da vontade, entendimento e perspectivas para os grandes projectos, que têm os associados, na certeza de que é do conhecimento e aferição das suas reais necessidades e ideias que os Órgãos Sociais Centrais e Regionais podem contribuir com programas eficientes que conduzam à unidade associativa, catapultadora, pela sua força e vigor, da razão e sentimentos mais legítimos dos deficientes militares, tornando-se total o esteiro reivindicativo com relação ao reconhecimento que a Nação lhes deve, traduzido quer em dignidade quer em reabilitação e reintegração, manifestando-se a sua aplicação prática na compensação moral e económica pelas incapacidades que adquiriram e, em igualdade de circunstâncias, pelo legítimo acesso ao trabalho e garantia de toda a assistência médico-medicamentosa e protésica que lhes compensem, em definitivo, a menor validade, para que a si próprios se considerem, em primeira instância, cidadãos de pleno direito num Portugal assumido constitucionalmente como um país para todos.

A DIRECÇÃO CENTRAL

Nós com os outros

Após a interrupção verificada em Maio, voltamos hoje à «mesa-redonda» sobre atendimento hospitalar e ajudas técnicas, prevendo terminar o seu tratamento, com as últimas intervenções e análise final, em Julho.

Tínhamos, pois, ficado com os considerandos de Armando Alves e recomencemos, agora, com: Abel Fortuna (recorde-se, Ex., 100% de incapacidade, biamputado dos membros superiores e cego dos dois olhos) — Referindo o que se passa no Hospital Militar do Porto, em que se há a certeza de duas consultas mensais para fornecimento de ajudas técnicas, com o apontamento muito positivo de a elas estar presente, junto ao médico fisiatra, um técnico do Centro de Reabilitação, para aconselhamento e informação sobre inovações novos materiais, não foi ainda ultrapassada a questão da necessidade, fortemente inconveniente e cansativa para os que residem mais longe, de ter que estar às 9 da manhã no Serviço, para apresentação do cartão de deficiente militar e marcação, disse:

«E depois, persiste todo aquele processo burocrático do concurso, embora o médico, mas apenas a lápis, aponte ao lado o nome da casa preferida por nós. Excepcionalmente, em casos mais urgentes e graves, poderá haver uma prescrição directa. Senão, a demora e o imprevisível numa consulta a três casas, no intuito de uma adjudicação mais barata que não, muitas vezes, a mais adequada. Mas, talvez em contrapartida, um outro factor positivo aqui no Porto: é que o deficiente, após a colocação da prótese, volta à consulta para que o médico e técnico verifiquem, junto com ele, se tudo está correcto. Quanto a sugestões, desejava recuar até ao II Congresso da ADFa e recordar que ali foram definidos e aprovados alguns princípios muito válidos, quer na altura (1981) quer hoje mesmo, entre eles os que apontavam para que o deficiente fosse observado por uma equipa global; para que tivesse sempre opção de escolha pela fornecedora; para que houvesse permanente assistência aos aparelhos, com revisão e manutenção de 6 em 6 meses, sem necessidade de formalidades burocráticas, e para as ajudas técnicas deveriam ser produzidas pelos meios mais avançados e sujeitas a controlo de

qualidade. Já agora, recordar, também, que o DL 43/76 refere, expressamente, ajudas de custo a quem se tenha que deslocar...

Quanto ao papel da ADFa, considero que devia ser mais firme na defesa destes princípios, intervindo junto quer dos Serviços de Saúde quer dos próprios hospitais, no sentido de estes prestarem melhor atendimento e conseguirem as necessárias respostas adjacentes, fundamentalmente na área das questões humanas e sociais que se carregam quando, e porque, se vai a este tipo de consulta, em relevância para os casos de «stress», já que os serviços de neurologia e psiquiatria não têm tido qualquer sensibilidade para estes utentes, considerando-os, as mais das vezes, como alcoólicos e «enxutando-os» por outros serviços fora. Quantas queixas tenho de sócios...

Em todo este aspecto, porque não propor um protocolo com os Serviços de Saúde dos três Ramos, uniformizando procedimentos, desburocratizando sistemas, eliminando concursos e burocracies, reconhecendo o direito de opção mas exigindo controlo de qualidade e de preços?



E porque, como elemento da Comissão Técnica do Lar Militar, não avançar também para a criação de um Centro Ortopédico próprio que servisse a área de Lisboa, melhor, a zona Sul do país, como resposta eficaz a todas estas preocupações e problemas?

Quanto ao «gabinete do utente», e como já aqui foi dito, existe o perigo de também acabar por se burocratizar, passando a ser apenas mais um serviço...

Henrique Mendonça (Arm., 62%, amputação perna direita, esfacelo da esquerda e surdez progressiva) — Reafirmando que na Marinha os problemas em debate não se fazem sentir com tanta acuidade, mas salientando, no entanto, que também ali um aspecto importante a tomar em consideração deverá ser uma melhor informação/divulgação, junto dos deficientes, da evolução tecnológica e científica no campo das próteses, a fim de que possam acompanhar, e ser acompanhados, nessa área, continuou:

«Uma questão comum a todos os Ramos é a de que os deficientes militares deviam estar sujeitos a «inspecções» periódicas, como as que existem, pelo menos na Marinha uma vez por ano, para os militares no activo. Parece-me um ponto a considerar, dada a sua extrema importância preventiva, ou já correctiva, por exemplo, quanto a desvios da coluna. E aqui recordo o que disse o Fortuna ao referir, para além do fundamental que é o direito de opção de escolha da fornecedora, a possibilidade de posterior fiscalização da prótese e sua colocação. Eu próprio tenho a experiência de que uma pessoa pode sentir-se

bem ao princípio, verificando-se, ao fim de algum tempo, problemas de coluna, o que indica que alguma coisa está errada.

Em qualquer das situações apontadas, de grande relevância pode ser o papel da ADFa.

Para terminar, o aspecto, também aflorado, de uma possível fusão dos hospitais militares. Creio que, se isso acontecer, os serviços de saúde irão piorar, dado que já hoje em dia os diversos estabelecimentos se vêem em

grandes dificuldades para satisfazerem as necessidades próprias dos Ramos. Irá ser, digamos, uma «bagunça», por maior número de utentes e menor capacidade de resposta. Daí que julgue que a ideia de haver um centro integrado, nestas condições, não é a melhor, visto que temos que pensar, com realismo, que tudo é, e será, um reflexo do sistema geral no sistema militar. Por isso não devemos insistir muito sem sabermos bem o que nos vai sair!

Lavouras Lopes (Ex., 97,3%, biamputado dos membros superiores e prótese ocular) — Começando por reconhecer que se nem para todas as pessoas o sistema funciona mal, ou totalmente mal, nomeadamente na Marinha e na Força Aérea, e até, em algumas circunstâncias, no próprio Exército, tal não pode, nem deve, impedir que sejam denunciadas as falhas e carências, embora isso não deva ser feito a nível individual.

«Porque não tem peso nenhum. Mesmo o somatório de várias denúncias individuais não tem o valor de uma denúncia conjunta.»

Analisemos: disse o Jerónimo que os hospitais,

como instrumentos do Estado, defendem os interesses do Estado. Não temos, pois, que culpar o Hospital Militar por se organizar de forma a proteger esses interesses e não os nossos. Daí que pense que a culpa não é do HMP, antes é nossa. Mas não a nível individual, porque pouco podemos, cada um, fazer; antes é nossa enquanto organização, enquanto sócios, indivíduos constituídos numa associação que tem uma força colectiva, uma

voz colectiva. A culpa reside aqui e não lá!

Sei que a Direcção Central tem contactado, tem dialogado, tem tentado. Mas isso terá, realmente, resultado? Penso que não, porque a situação se tem vindo a agravar de há uns tempos para cá, como vários são os casos conhecidos e alguns aqui relatados. E, posso, também, acrescentar um outro caso de um nosso associado que, se calhar, até não contou para nenhuma estatística: vejo-o entrar, transfigurado, na fisioterapia, apanho-o, interrogo-o e ele diz-me que está tudo mal e que vai dar cabo de alguém. Conta-me então que sendo de local bem distante, deficiente biamputado, costumava, quando precisava, vir a Lisboa e resolver a sua situação em 2 dias, no máximo 3, «e agora estou há 3 semanas internado no Anexo, deixei lá a minha família, os meus negócios, tenho um prejuízo enorme e já estou desesperado, farto de protestar, perguntar e ninguém me ouvir; com a muleta vou dar cabo de alguém!». Acalmei-o, e soube então, só nesse dia, que as coisas tinham mudado.

De facto, tendo ido, como fazia até então, e sem ter que me preocupar em saber como eram as contas próprias, ao meu habitual fornecedor, onde me eram feitas, de imediato, as pequenas reparações, tipo parafusos ou fios soltos, aquele informou-me que não me podia atender porque o sistema tinha passado a ser outro, que tinha que ir primeiro ao hospital... E foi assim que soube, pois, que tinha que ir a uma consulta, perder uma manhã, pelo menos, que tinha que faltar ao emprego... tudo isto para dizer que tinha saltado um parafuso ao meu aparelho, para o médico prescrever, para ir ao Conselho Administrativo, para o CA organizar um processo, para ir a despacho do director e ser, ou não, deferido, para voltar ao CA, para eu ter que lá ir ou telefonar para me dizerem que «sim senhor, foi para a casa tal ou foi pedida informação», para eu telefonar para lá para me dizerem que já tinha sido dada a informação respectiva e que aguardavam ordem para a reparação, etc., etc., não chegando eu a saber se, minimamente, tal informação correspondia apenas e realmente ao que precisava, não sendo abusiva.

Tenho por tudo isto, e além do mais, as minhas

dúvidas que com tal sistema o próprio interesse do Estado esteja salvaguardado e que o critério economicista não esteja a sair demasiado caro...

Mas voltando ainda ao acontecido nesse dia, tive oportunidade de ouvir do presidente do Conselho Administrativo do HMP uma afirmação do género, «alguns de vocês aproveitavam-se e recebiam o dinheiro em vez do material», tendo ficado na situação delicada de que, perante tal... até eu podia ser um deles! Ou um qualquer de nós, de vocês, eu sei lá!

Porque achei essa informação de uma gravidade extrema, entendi que havia uma porta a que tinha de bater: a nossa Associação. Sendo esta, hoje, a segunda reunião a que venho, aquela outra foi a primeira, na qual, no entanto, entrei mudo e saí calado, pois encontrei, então, uma enorme desmotivação para o problema, apeteendo-me ter-me demitido de sócio. E porquê? Porque perante o acontecido no HMP, devia a ADFa ter exigido, de imediato, um inquérito para apurar responsabilidades, quais os deficientes militares que tinham práticas dessas e quais as casas que eram suas cúmplices, para que todos os outros ficassem de consciência tranquila e para que publicamente se soubesse isso mesmo. Mas isso não foi feito!

Tal como não foi tomada uma posição firme, na altura em que ainda estava no início a implantação de tal sistema, contrariando a sua adopção. E o resultado, e a prova, é que ele tem vindo a degradar-se e hoje, para se obter uma prótese, ou mesmo um arranjo, é a complicação que sabemos.

Quanto às casas... elas têm como finalidade o lucro. Pergunto-me se aquelas que agora estão a trabalhar com o HMP não estarão a beneficiar tanto, ou mesmo mais, do que as outras, antes? Não sei nem me interessa. Parece que trabalham mais barato; mas trabalharão tão bem ou melhor? Eu não tenho razão de queixa, quero salvaguardar de novo. Mas se calhar há até pessoas que, talvez, sejam propositadamente, por razões várias, melhor atendidas do que outras, que o serão bem mal. E onde é que está a solidariedade desta casa? Onde é que está o lema de um por todos e todos por um? Penso que está muito longe.

Outro ponto importan-

Nós ...



te — soube-o por conversa no próprio hospital —, é que todas as medidas tomadas tinham sido conforme directivas do próprio Governo no sentido de se resolver o problema das próteses com apenas 50 por cento dos gastos! Não sei se é falso ou verdadeiro; foi-me dito por alguém com responsabilidades no HMP. E soube também que a situação, dentro desta prática, dos deficientes civis é ainda pior do que a nossa. No Hospital dos Capuchos, por exemplo, não se atribuem próteses e uma casa fornecedora, pelo menos, já fechou. Por outro lado, não há «stocks» e quando é preciso vir de fora, isso

mecidos, ou estáveis, numa situação de integração e de equilíbrio que, agora, é posta fortemente em causa por este elemento perturbador.

Não devemos esquecer que se, no nosso país, conseguimos uma coisa extraordinária, e que nunca vi ser publicamente reconhecida ou tratada, que foi, de facto, não estarmos transformados num bando de doidos, de indivíduos marginais e fazendo descatos por tudo e por nada, como foi o caso nos Estados Unidos, de tão grande número de veteranos do Vietname, por exemplo, isso deve-se muito a esta Associação, que criou um forte espíri-

luna está a entortar-se, se há necessidade de exercícios, etc., etc. Enfim, que haja um verdadeiro exame.

Segundo, exigir que os deficientes possam escolher a sua própria fornecedora, não sendo tanto esta que interessa, mas principalmente o técnico. Como aqui se disse, até na ida ao barbeiro nós gostamos de escolher, e uma prótese é coisa bem mais melindrosa do que o cabelo. Que nos deixam, realmente, a liberdade de escolha do técnico... e não digo mais nada pois todos sabemos como essa medida é fundamental. Que, já agora, se sugira que o HMP faça o tipo de

sabe de reparações... porque não tem que saber. Aliás, a ADFA poderia acompanhar todo este processo em permanência, e com um grau de exigência indesmentível.

A nível interno, por seu lado, penso que se justificaria, porque não terá muito peso o que estamos hoje aqui a fazer, um grande encontro de todos os sócios que usam próteses, para que, aí sim, se marcasse uma posição, referindo até outras situações graves, procurando depois a ADFA defender os interesses expressos.

Finalmente, penso que a Associação deveria criar um gabinete técnico com especialistas próprios, de forma a acompanhar todo o processo, incluindo colocação e reparação de próteses, procurando estar informado e a par dos materiais existentes e dos novos tipos de aparelhos e outras ajudas — por exemplo, a grande maioria de nós não sabe, ou não sabia, e sou interessado há 20 anos, que se estão a fazer próteses oculares por medida, e por encomenda, o que leva a que possam ser exactamente idênticas ao olho são. Portanto, defendendo que a ADFA deveria ter, aqui dentro, uma sua estrutura que fosse capaz de fazer um levantamento correcto e completo das possibilidades que existem no País, e no estrangeiro, no que diz respeito quer a novas técnicas quer a novos materiais, a fim de, assim apetrechada, poder discutir com as entidades competentes.



demora bastante tempo, daí resultando, para além de tudo o mais, que uma pessoa está sujeita a interrupção da sua vida normal, com todas as suas implicações a nível familiar, profissional e mesmo psíquico, pondo em causa todo um esforço de integração que, no caso dos grandes deficientes, foi maior e mais difícil. E tudo só porque é necessário economizar...

Queria novamente salientar que a culpa não é do Hospital Militar. O HMP cumpre, e muito bem, a sua função; o médico que está na fisioterapia cumpre a sua função; o director cumpre a sua função — se não tem dinheiro não pode resolver de outra maneira. Quem não cumpre a sua função é a Associação dos Deficientes das Forças Armadas que, neste caso, não nos tem representado bem. As consequências do que se está a passar são, quanto a mim, incalculáveis e até impensáveis, se tivermos em conta, e isso já aqui foi referido, a curva perigosa da ultrapassagem dos 40 anos pela maioria dos sócios, deixando uma relativa punção e vendo agravar-se ainda mais determinadas sequelas físicas e psíquicas que os envelheceram prematuramente, aflorando traumas e problemas que se mantinham ador-

to de corpo, uma solidariedade muito grande, tendo como lema condutor a integração, o trabalho, a afirmação, o provar que somos capazes, valorizando, portanto, todos os nossos aspectos positivos.

Ora bem, se agora, nesta fase da vida, factores perturbadores vêm contrariar toda essa dinâmica e esforço, podemos, de facto, um dia destes encontrarmo-nos a fazer bicha nas consultas de psiquiatria. E dar razão ao articulista de um semanário português que disse, há uns anos e na sequência de uma conferência que organizámos sobre «stress da guerra», que os deficientes das Forças Armadas se embebedavam, batiam nas mulheres e faltavam ao trabalho. Penso que, realmente, o que está a acontecer pode bem ser um bom empurrão para que se verifique exactamente isso!

Para terminar, e quanto a sugestões: primeiro, que a ADFA exija que o serviço de fisioterapia seja exactamente isso, e não um mero local onde o médico funciona apenas como técnico de próteses; que se faça uma observação completa do indivíduo que lá vai e se veja, realmente, se a prótese é a aconselhada, se está bem adaptada ou se precisa de correcções, se a co-

ntrole que entender, mas que não nos prejudique. E que coloque ao lado do médico um especialista em próteses, porque se não é totalmente burlado se a fornecedora assim o quiser, já que não sabe de materiais, não

Nota da Direcção Central

Embora a direcção central, no próximo mês, pretenda elaborar uma análise final sobre a mesa-redonda que ELO tem vindo a transcrever, devido a problemas recentemente surgidos na atribuição de próteses e outras técnicas, no HMP, entendeu dever, no momento, salientar o seguinte:

1 — Sempre foi preocupação da ADFA a forma como tem vindo a ser prestada aos seus sócios a assistência médico-medicamentosa e apoio em ajudas técnicas nos hospitais militares, facto recentemente provado pela iniciativa, a cargo do ELO, de promover, em Fevereiro passado, um debate entre associados, grandes deficientes, utentes dos respectivos serviços de Fisioterapia, para análise e troca de informações sobre o atendimento aí recebido.

2 — Alerta para a situação com que se confrontaram, há breves dias, alguns associados, a DC encetou, de imediato, contactos tendentes à resolução, que não entende não possa ser a definitiva, de problemas e impasses que dificultam a reabilitação e reintegração daqueles que mais delas necessitam e por elas tanto têm lutado;

3 — Certa de que o caminho a vencer continua árduo, e não querendo esperar mais por soluções prometidas, entendeu avançar para a criação, na própria sede, de um «serviço de apoio psicossocial» que, querendo responder às necessidades e problemas mais prementes dos deficientes militares, internados e não só, antecipa as funções a atribuir aos futuros Gabinetes do Utente.

QUOTAS

desconto em conta bancária

Entrou finalmente o novo sistema de pagamento de quotas por débito em conta. Após vários obstáculos que tiveram de ser vencidos quer por parte da ADFA na constituição do suporte informático adequado, quer por parte da Caixa Geral de Depósitos no tratamento de toda a informação exigida em processamentos desta natureza, os quais são designados genericamente por despesas periódicas, foi possível, em 20.06.92, descarregar, na conta dos associados que optarem por esta forma de pagamento, a referência «QUOTAADFA» e efectuar o débito de 2 400\$00 correspondente aos primeiros 6 meses do ano em curso.

Este sistema destina-se a pessoas cuja ocupação diária não permite a sua deslocação aos serviços da Associação ou àqueles que apreciam a comodidade de tratar dos seus assuntos sem ter que sair de casa.

Sabemos que há ainda um bom número de associados que aproveita a oportunidade de pagar as quotas para fazer uma visita à sua delegação ou à sede e dar dois dedos de conversa à velha camaradagem. Mas também esses têm o direito a um prazer completo. Queremos que mantenham esse hábito sem necessidade de fazerem, então, o sacrifício de ter que desembolsar o vil metal que cada vez voa com mais leveza. E isto apesar de nós sabermos que para muitos pagar as quotas da ADFA não é um esforço penoso mas um acto que se assume com orgulho. E não é caso para menos se tivermos presente que a ADFA é uma das organizações mais prestigiadas do nosso país.

Queríamos também aproveitar esta oportunidade para esclarecer que a ADFA precisa de todos os seus associados, única razão da sua existência, mas que as receitas da quotização apenas garantem uma modesta parte da sua subsistência, já que esta é assegurada por outras formas de financiamento. Não existe, portanto, na nossa Casa, a caça à quota. Gostaríamos, pois, de deixar bem claro que o sistema de pagamento por débito em conta nunca se transformará numa maneira forçada de cobrança, dado que, e isto são também orientações para quem está à frente das delegações, qualquer importância que seja sacada da conta de um associado, a título de pagamento de quotas, com a qual este não concorde, deverá ser de imediato restituída em numerário ou cheque, procedendo-se depois ao esclarecimento da situação e respectiva regularização.

Efectivamente existe na mente de muita gente a ideia que estes sistemas de pagamento são de evitar, porque uma vez o dinheiro retirado da conta, tarde, mal ou nunca se consegue recuperar, mesmo quando temos a razão do nosso lado. Sabemos que isso acontece com as vulgares despesas domésticas. Com as quotas da ADFA não permitiremos que tal suceda.

Agora que o sistema está montado e funciona, já que a Associação tem de pagar por este serviço, proporcionando-o aos sócios sem qualquer acréscimo de encargos, porque esperas para te libertar desta reocupação? Queremos que tenhas uma vida tranquila. Afinal tu mereces esta pequena atenção que é apenas o início de um novo serviço de qualidade que a tua Associação está empenhada em te proporcionar no futuro.

A Direcção Central

NOTA: As quotas relativas ao 2.º semestre, tal como oportunamente foi divulgado, serão debitadas no decorrer do mês de Julho.

**Quotas: adere
ao novo sistema!**



18.º ANIVERSÁRIO DA ADFA EM BRAGANÇA

Embora deixando para o nosso sócio Oliveira Duarte a reportagem mais vivida dos actos que a Delegação de Bragança levou a efeito para comemorar o 18.º aniversário da nossa Associação, um pequeno apontamento antecedendo o seu artigo.

Recebidos à entrada do recinto onde ia decorrer o encontro, pelos Presidente e Vice-Presidente da autarquia local, bem como pelo Presidente e outros membros dos órgãos regionais, os presentes assistiram, na Igreja da Cabeça Boa, a uma celebração pelos sócios já falecidos, após o que seguiram para o restaurante Turismo, onde, para cima de 170 pessoas, entre associados, familiares e amigos, confraternizaram e sentiram a dinâmica da ADFA, o que mais foi realçado quando, em intervenção do Vice-Presidente da Câmara, foi reconhecido o trabalho da Associação e manifestado o desejo de que ela possa desenvolver, localmente, acções de informação sobre a problemática quer da deficiência e dos deficientes quer da sua integração, em todas as suas vertentes, propondo-se a edilidade e os serviços



A tão participada e envolvente reunião, a que estiveram também presentes elementos da Direcção Central e do Conselho Nacional por Lisboa, da Direcção e do Conselho Fiscal da Delegação do Porto e da Direcção da Delegação de Vila Nova de Famalicão, devia ter presidido o Governador Civil de Bragança o qual, desde o princípio, manifestou a maior disponibilidade e vontade em comparecer, só não o tendo podido fazer por, encontrando-se fora, ter havido arrelhiador atraso nas ligações aéreas com a cidade.

Nordeste por volta das 11 e 30, hora realmente prevista à partida. A carrinha, Ford Transit, conduzida pelo Sequeira Ferreira, portou-se bem e o condutor teve nota alta na condução, pela boa média conseguida e pela segurança com que realizou a sua missão. Para os dois elementos da nossa Sede, o Arruda e o Lopes Dias, é justa uma palavra de simpatia, pois o diálogo franco e aberto estabelecido durante a viagem, nos dois sentidos, ajudou a melhor a fazermos.

Chegados a Bragança, dirigimo-nos directamente para a igreja que fica junto ao Hotel Turismo, onde os responsáveis da Delegação, com muita dignidade e sem complexos, mandaram celebrar missa, acto religioso integrado no 18.º aniversário da nossa Associação e cerimónia em que foram lembrados os nossos camaradas de armas já falecidos, bem como os nobres ideais por que se bate a nossa organização. E a referida igreja estava cheia de sócios e familiares, confirmando de forma inequívoca e clara que esta ADFA está viva, bem viva e actuante.

Com uma gestão equilibrada e uma acção bem entrosada na sua área geográfica, esta Delegação conseguiu sensibilizar os responsáveis autárquicos, ao mais alto nível, para nos acompanharem nesta jornada festiva. Há Delegações a que alguns chamam pequenas, mas que afinal se verifica serem grandes pela sua determinação e trabalho desen-

volvido em prol dos deficientes militares!

Durante o almoço, em que estiveram presentes cerca de 200 pessoas, após as intervenções dos nossos representantes, Emílio e Arruda — duas boas intervenções —, foi bom ouvir da parte do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Bragança, dr. Rocha, não só palavras de simpatia para

com a nossa instituição, mas também a garantia de colaboração e apoios maiores em termos futuros.

Com que dignidade, simplicidade e brio comemorou esta Delegação o 18.º aniversário da nossa Associação, quando se verifica por aí certas pessoas a pensarem só no seus interesses mais ime-

diatos, primários mesmo, esquecendo tudo quando sejam deveres!!!

Pela festa carregada de significado, pela «lição» dada a todos nós, aqui fica mais uma vez um muito

OBRIGADO BRAGANÇA!

*Albino Fernando Oliveira Duarte
Sócio n.º 1383*

SARDINHADA EM SETÚBAL

Em acontecimento que já se constituiu tradição, a Delegação de Setúbal voltou a organizar a habitual sardinhada, em 27 deste mês, no parque de merendas de S. Paulo, em convívio, que este ano, bateu de novo o recorde de adesões. Assim, além da comparação numerosa de sócios da área da Dele-

ta e uniformizada informação em alerta permanente para a garantia da defesa do reconhecimento à dignidade de que são merecedores os deficientes militares.

Seguiu-se animada manifestação musical, personificada por associados e familiares, augurando-se, pelo visto e ouvido, que os mais novos pensem em juntar-se para proporcionar, quem sabe, alguma surpresa, e até despique,

aos considerados mais experientes. Caía a tarde quando, após o apagar da vela do bolo de aniversário da ADFA, ao som de numeroso coro que entoou o «Parabéns a Você», todos regressaram a suas casas, já a pensar na confraternização do próximo ano, louvando e incentivando esta iniciativa da Delegação de Setúbal, na esperança de que em 1993 se pulverize o recorde agora alcançado de mais de 300 convivas.



gação, estiveram presentes largas dezenas de elementos de Lisboa, bem como, em interessante e louvável iniciativa, uma excursão da Delegação de Coimbra, em descontraída e participada confraternização, a que deram ainda maior alegria e vivacidade, conjuntamente com trabalhadores da ADFA, muitos familiares e amigos.

Num pequeno momento de reflexão, dirigiram-se aos presentes elementos das Delegações de Coimbra e de Setúbal e da Direcção Central, tendo sido realçada a importância da coesão e da convivência associativas, a nível regional e nacional, no sentido de uma correc-



apoiar todas as iniciativas da Delegação, nesse sentido e não só, podendo ser, em breve, por exemplo, estudado um protocolo para acesso ao Parque Nacional de Montesinho, em condições especiais a combinar.

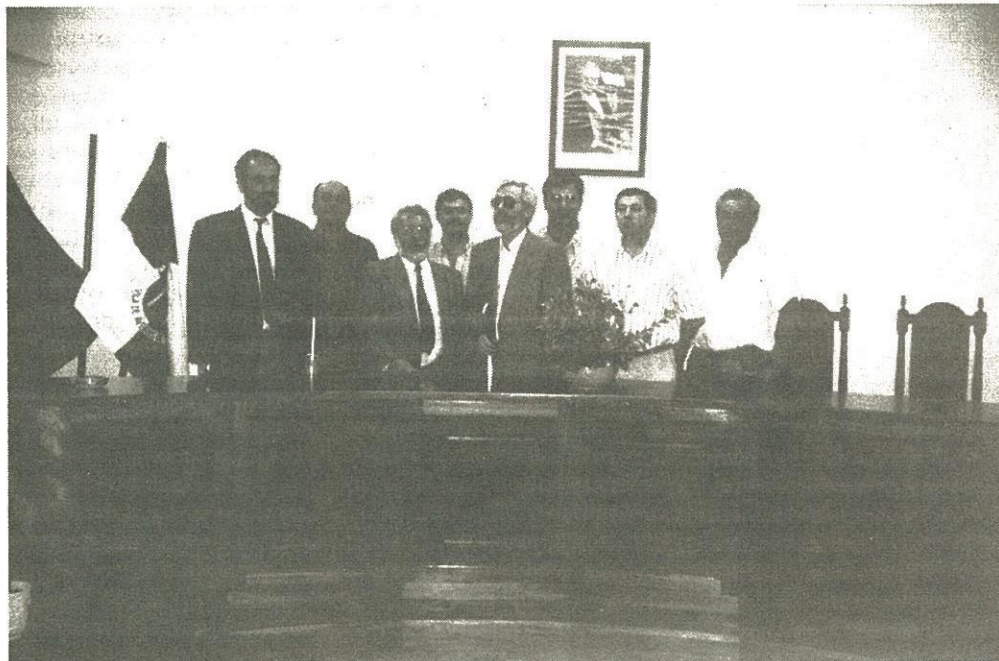
Obrigado Bragança

Partimos do Porto por volta das 7 e 30 de domingo, dia 14 de Junho, estrada fora — já que «Via Rápida» até Bragança ainda é um sonho —, para chegarmos à capital do

JORNAL ASSOCIATIVO

ENCONTRO DE ASSOCIADOS EM AVEIRAS DE CIMA

Partindo do desejo há muito manifestado por associados da região de Alenquer, Azambuja e Cartaxo, reiteração no I Encontro Nacional de Núcleos, em Alcobaça e no convívio associativo de Mogofores (Coimbra), por ocasião das comemorações do 18.º aniversário da ADFA, efectuou-se,



em 19 do corrente, em Aveiras de Cima, um encontro entre alguns sócios daquela área, elementos da Direcção Central e membros por Lisboa do Conselho Nacional, com o fim de implementar condições para ali se criar um novo Núcleo da nossa Associação.

Reunidos na Sede da Junta de Freguesia, cedida para o acto pelo presidente — que nos deu o prazer de aparecer para saudar os participantes —, os presentes, após análise quer dos condicionamentos quer das capacidades de intervenção local dos associados no sentido de maior coesão e melhor possibilidade de informação, a par da vontade expressa de contribuir para uma maior consciencialização e reconhecimento, por parte das autoridades da área, para a problemática da deficiência, decidiram levar a efeito, no dia 18 de Julho próximo (sábado), pelas 17 horas, naquelas mesmas instalações, um encontro com os associados daqueles três concelhos, para o qual propuse-

ram a seguinte Ordem de Trabalho:

— Informações prestadas pela Direcção Central;

— Criação do Núcleo e

— Eleição da respectiva Comissão Instaladora

Dada a importância da reunião e o interesse que para a ADFA tem a implementação local desta estrutura humana e base da nossa organização, apela-se à comparência massiva de todos os sócios para que surja em plena pujança e fulgor esta nova

militares, do sistema remuneratório das Forças Armadas, à revisão estatutária, da filosofia de gestão à função mais interventora do nosso jornal, não esquecendo a reivindicação legislativa e a envolvimento associativa que deve caracterizar todo o esforço de construção e equipamento da nova Sede, a troca de opiniões foi, mais do que salutar, benéfica e encorajante para a Direcção Central que, das mesmas tomou imprescindível nota a fim de lhes dar o

tivos então traçados e a necessidade de revitalizar acções e metodologias que garantam, no máximo possível, a aplicabilidade do horizonte, então idealizado e cujo alcance a si mesmos impuseram e aos associados fizeram proposta.

Debruçados sobre o tema candente da assistência médica e do apoio em ajudas técnicas fornecidos pelos hospitais militares, que ciclicamente apresenta problemas, produto de menor atenção e reconhecimento devido aos seus deficientes, com o subterfúgio ao parecer, nem sempre correcto, do volume de utentes e faltas de verba, entenderam os órgãos nacionais reiterar a firme posição de intervir junto das entidades competentes para que as garantias inequívocas do direito à reabilitação e à reintegração consideradas na lei, designadamente no «DL» 43/76, sejam integralmente respeitadas na exacta aplicação das disposições que as consagram.

Seguidamente falou-se das obras da nova Sede, tendo sido feita uma explanação sobre o estado de construção da sua última fase, de algum atraso em relação à data inicialmente prevista para a sua conclusão e da necessidade de garantir financiamento para a etapa final e respectivo apetrechamen-

uma maior contribuição de todos para a aquisição de mobiliário e equipamentos.

No campo das relações internacionais, foi divulgado que será levado a efeito, durante o corrente ano, um novo curso de formação para quadros associativos, o qual contará com a frequência de elementos das organizações de antigos combatentes de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau; que a ADFA, na qualidade de membro da FMAC e de Presidente da CPAE, estará presente, em Varsóvia em Setembro, numa reunião sobre a problemática dos ex-combatentes e das vítimas de guerra do Centro e do Leste europeu, e que, com realização prevista para o ano de 1994, terá lugar em Lisboa, sob responsabilidade da nossa Associação, a VI Conferência Internacional sobre Legislação, da FMAC. Foi incentivado o trabalho da respectiva Comissão de Assuntos Internacionais, garantindo-se-lhe apoio para as tarefas e contactos a desenvolver, no sentido da procura de uma cada vez mais forte solidariedade internacional entre aqueles que, combatentes ou vítimas de conflitos, defendem o inalienável direito dos povos à Paz...

A terminar, os presen-

Delegações, para que resulte um documento base capaz de mobilizar o todo associativo numa forte e responsável discussão sobre os problemas vinentes que urge clarificar para que os Estatutos, resultado do mais alargado debate, sejam verdadeiro espelho da vontade colectiva e a certeza dos novos rumos que a ADFA deve trilhar. Os Órgãos Sociais Centrais vão empenhar-se profundamente, para que tal trabalho, tão necessário quanto vital, constitua soberano período de reforço e dinâmica da vida associativa.

REUNIÃO DE SÓCIOS NA SEDE EM SETEMBRO

Na sequência da reunião de sócios efectuada este mês, dentro do espírito de participação que se pretende dos associados e da vontade que os mesmos manifestaram de intervir activamente na definição das linhas de orientação que possibilitarão aos Órgãos capacidade de decidir, passado o período, por excelência, em que todos gozamos as merecidas férias, realizar-se-á no dia 15 de Setembro, pelas 18 horas, na Sede, um encontro com a seguinte Ordem de Trabalho provisório:

chama do nosso querer associativo.

REUNIÃO DE SÓCIOS NA SEDE

Correspondendo à convocatória que «Elo» divulgou na sua última edição e dentro de uma perspectiva que se quer incentivar e continuar, estiveram reunidos na Sede, com a Direcção Central, no passado dia 23, cerca de três dezenas de associados.

Após prestação de informações por parte de elementos da DC, iniciou-se intensa participação e intervenção dos sócios presentes, em debate vivo e dinâmico que demonstrou, inequivocamente, a vontade firme de actuação na vida associativa, e do seu indelével e acalorado interesse em colaborar com afinco e profundidade na definição das linhas gerais e sectoriais da política e orientação pelas quais a ADFA se deve reger. Da aplicação, aos deficientes

mais conveniente acompanhamento.

Esta demonstração de interesse e militância foi motivo para reflexão que incentivava à sua continuidade regular, esperando a ADFA que a qualidade das intervenções, e o seu número, se reforce para que cada um de nós melhor se reveja no rumo que os órgãos sociais irão traçando para a nossa Casa, em nome e representação de todos nós.

REUNIÃO DE ÓRGÃOS NACIONAIS

Encontra-se na Sede, a 26 deste mês, os Órgãos Sociais Centrais, a fim de analisarem e aquilatarem, na prática, o trabalho efectuado e a dinâmica dada ao programa de acção que propuseram aos associados, no acto eleitoral que há um ano se realizou.

Reconhecido o fruto da parte das intenções já aplicada, examinou-se o produto menor de objec-



to. Os Órgãos entenderam, com o apoio da Comissão de Angariação de Fundos, fortalecer a campanha junto dos sócios e entidades no sentido de

tes debruçaram-se sobre a revisão estatutária, garantindo o seu empenhamento na ultimização do trabalho em curso, que reúne participações de diversas

1 — Informações gerais pela Direcção Central;

2 — Revisão estatutária e,

3 — Relações internacionais.



ESCREVEM OS SÓCIOS...



Neste período, dois artigos, um de opinião sobre fórum de veteranos, de Mário Villa-Lobos, de Lisboa, e outro, vindo de Viseu, sobre revisão estatutária.

Quais as verdadeiras faces do I Fórum de Veteranos?

Curioso se torna analisar os diferentes aspectos da vida associativa num dos momentos em que se nota um certo desequilíbrio, congelando, desta forma, as mais importantes iniciativas/mãe da ADFA.

De algum tempo a esta parte, somos obrigados a reparar que a Associação, a nível interno e externo, sente influências que, por questões aberrativas, o jornal «ELO» não informa, ou informa tardiamente, os sócios.

Quero-me referir, agora, à futura realização, por parte da ADFA, do I Fórum de Veteranos. É uma questão duvidosa em que se não vê a verdadeira face.

Os sócios poderão evitar mais uma queda associativa de possíveis grandes incidências.

A ADFA é nossa! Para isso os sócios terão de reunir-se de novo, esque-

cendo o seu comodismo, interrogando a direcção central, responsável pelo jornal «ELO» (órgão oficial da Associação), discutindo e transformando-a, através do diálogo, na original e verdadeira leitura que a ADFA se fez ao longo dos anos.

Os órgãos sociais escolhidos por nós, não podem nem devem pensar que somos os eleitos do elixir associativo, nem os donos da verdade única.

Tento assim, e somente, a possibilidade de fazer umas referências que, preocupadamente, apresento:

— conforme o Plano de Actividades da Direcção Central, aprovado em Conselho Nacional de 22 de Fevereiro de 1992, transcreve-se o parágrafo 8.º do ponto 3 daquele documento:

«Como referência que igualmente somos para os ex-combatentes, propomos-nos realizar o I Fórum de Veteranos, com o objectivo de proceder ao levantamento dos seus problemas e encontrar as respostas necessárias à promoção de medidas que facilitem a reintegração dos combatentes e que garantam a dignidade a que têm direito, por parte da sociedade.»

A matéria transcrita é, realmente, importante e eloquente sobre o espírito e temática que a Federação Mundial de Antigos Combatentes — FMAC — defende, mas que está à revelia dos objectivos da ADFA. Quere-me, desta forma, parecer que fica subvalorizado o problema sociopolítico dos deficientes militares «sem relação com o serviço», o qual, aliás, deve ser uma das reivindicações mais importantes da ADFA.

A implantação das Conclusões deste I Fórum de Veteranos, na minha opinião, iria sobrepor-se aos nossos objectivos e daria lugar a exigências que não nos dizem respeito, preterindo, assim, as carências sociais, económicas e profissionais de todos aqueles que, efectivamente, foram sacrificados em nome e por mandato da Pátria, em favor dos restantes combatentes.

Para que eu possa congregar algumas ideias sobre a realização deste I Fórum de Veteranos importa saber quantos são, as suas residências por concelhos e distritos, a forma de convocatória, quantos membros estariam presentes (penso que os deficientes milita-

res também lá estarão), se existirá nomeação ou eleição para estes homens, qual o número de participantes, quais os temas-base a discutir no plenário e qual o local da reunião.

Interrogo-me, também, se para esta iniciativa da ADFA se terá obrigatoriamente de reforçar os laços que existem entre a nossa organização, a Liga dos Combatentes e a Associação de Ex-combatentes do Ultramar, o que, francamente, não me parece a melhor solução, por oposta ao espírito que presidiu à nossa criação.

(Esta realização, como anteriormente referi, faz parte de uma Carta de Intenções, podendo não virem a concretizarem-se algumas delas. De qualquer forma, existe um grande receio que o I Fórum de Veteranos, a ser realizado, venha a ser semelhante ao I Congresso dos Combatentes, efectivado em 1973 com o apoio do anterior regime.)

Efectivamente, esta situação parece-me desajustada da realidade associativa, porque anómala e também, nomeadamente, porque a Direcção Central nunca prestou infor-

mações aos sócios, no nosso jornal «ELO», isto é, desconhecendo em absoluto esta iniciativa e não consultando aqueles sobre a sua realização, ou não, bem como a fórmula que devia apresentar e as implicações que terá no futuro da ADFA e dos seus associados. Assim, penso que se deve reflectir muito seriamente num acto com esta importância, pelas implicações nacionais e internacionais a que éramos sujeitas.

Mário Carvalho de Villa-Lobos
Sócio n.º 357



Revisão estatutária

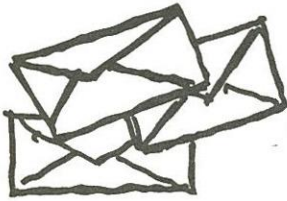
Regendo-se a ADFA pelos seus Estatutos, aprovados em Assembleia Geral Nacional, convocada expressamente para o efeito no ano de 83, chegou a altura de os actualizar ao tempo em que vivemos, não porque a ADFA esteja parada. Pelo contrário, a ADFA

mexe, está viva e bem viva e a prová-lo está a construção da nova Sede, esperando-se a sua conclusão ainda para este ano; as jornadas de informação e divulgação que se têm realizado pelas diversas delegações espalhadas pelo País e regiões autónomas; a legislação que, sendo uma área complicada e difícil tem vindo a ser actualizada, conforme se tem verificado, e de acordo com o programado pela ADFA, tocam as várias áreas.

Ora, conforme se pode verificar, a ADFA não está parada, a ADFA mexe. Há pois que incentivar e apoiar um grupo de sócios pertencentes a várias delegações que, em Conjunto com representantes dos órgãos centrais trabalhem para que a revisão estatutária seja uma realidade e venha de encontro aos objectivos a que a ADFA se propôs.

Espero que o documento já elaborado esteja pronto dentro do prazo estabelecido, para assim em Setembro/Outubro estar nas delegações à disposição dos associados, a fim de que o possam consultar e verificar

J. G.
Sócio n.º 684



Correspondência

Do nosso associado Monteiro Palos recebeu-se a carta que seguidamente se transcreve:

«Queixa-se o «Elo», na sua edição de Junho de 1991, da muito pouca correspondência recebida no jornal, pelo que ficava a dúvida sobre se, afinal, os problemas existem e se se querem ver resolvidos.

Da parte que me toca, confesso que nunca escrevi para o «Elo» por não me sentir com capacidade para isso, mas tenho mantido desde sempre muita e variada correspondência com a nossa Associação, criticando, aplaudindo e dando sugestões, algumas das quais, recebidas com certa frieza ao princípio, acabaram por se tornar reivindicações que as ADFA tomou a peito e conseguiu para todos os DFA certas regalias, embora, num dos casos, tivesse sido necessário levar o problema até ao Supremo Tribunal Administrativo conforme em devido tempo foi publicado no «Elo».

Daquela correspondência publicou-se em MAR92, sem que eu o solicitasse ou a isso me tenha oposto, uma das minhas mais recentes car-

tas, na qual eram indicados alguns dos problemas ainda por resolver. No final do comentário a essa carta e em jeito de resposta dada pelo DAJAS, denotando uma certa animosidade quanto à minha insistência em tentar ver resolvidos certos problemas, foi dito que quando optei pelo activo conhecia bem os meus direitos e deveres.

É verdade que eu conhecia a legislação e quais os meus direitos e deveres, pois que, antes e depois de ser deficiente, prestei vários anos de serviço em secretarias regimentais, pelo que, não só por necessidade do serviço mas porque isso me tocava directamente, procurava andar a par de toda a legislação, antes e após 25 de Abril, que aos deficientes militares dissesse respeito. Foi também por isso, e não só por dever de ofício, que informei muitos DFA de quais os seus direitos — e entre estes se encontravam vários candidatos a, ou já, funcionários públicos — que ficaram a saber que nessa altura não lhes era permitido acumularem na totalidade a pensão militar com a pensão na Fun-

ção Pública e nem por isso eles terão desistido desses empregos.

Mesmo assim, não deixou a ADFA, e muito bem e como lhe compete, de defender os interesses da DFA até conseguir aquilo que pretendiam, o que é justo, pois que é um dos pecados que brada aos céus não pagar o salário a quem trabalha.

Só não compreendo (ou talvez até compreenda) porque é que a ADFA não parece estar tão empenhada em defender a acumulação, pelos DFA oriundos do QP, da indemnização pelas deficiências sofridas, com a pensão pelos anos de serviço prestado ao Estado, como esteve para os que são funcionários públicos, e até parece haver quem fique melindrado quando se toca no assunto. Não há actualmente legislação que nos favoreça? Para aqueles DFA também não havia e arranjou-se! Estou a querer privilégios? Não! Estou apenas a reivindicar igualdade de tratamento, pois que se aqueles sócios são deficientes nós também o somos e se são funcionários do Estado nós também. O

assunto é melindroso e poderá haver quem tenha receio de insistir nele junto de quem de direito, porque poderia, eventualmente, vir a afectar alguém? Não é nada disso que eu pretendo, pois que se assim fosse já há muito que tinha exposto o assunto por outras vias (e há várias), sem ser através da ADFA, e todos sabemos que é mais fácil e económico para o Governo retirar regalias a quem as tem do que fazer justiça a quem apenas clama por igualdade de tratamento, e a Justiça, como dizia o padre António Vieira, não se pede, exige-se!

O que não posso aceitar é que, procurando eu fazer pelos DFA aquilo que tem estado ao meu alcance, sem estar sentado à mesa do orçamento da ADFA, receber, através do nosso jornal, uma resposta que, no mínimo, me parece pouco correcta.

Afinal, sr. Director, os problemas existem, este e outros de que já anteriormente dei conhecimento à ADFA, com a informação e documentação necessária, e que espero não caíam no esquecimento, pois que, embora pareça não constarem da agenda das preocupações da direcção da ADFA, elas dizem respeito a muitos DFA que desejam vê-los resolvidos. Assim haja

quem queira e possa resolvê-los. Eu continuarei a insistir, mesmo que me torne incómodo, pois se todos nós, DFA, adquirirmos as deficiências defendendo, com tantos sacrificios, os interesses não sei de quem, porque é que agora não havemos de ter coragem de lutar pela defesa dos nossos? Para isso relembro a todos os DFA o histórico episódio da defesa do Castelo de Faria e das célebres palavras gritadas por Nuno Gonçalves a seu filho Gonçalo Nunes: «DEFENDE-TE ALCAIDE.»

Muito teria a dizer, mas por hoje não quero ocupar-lhe mais tempo nem espaço.

José Monteiro Palos
Sócio N.º 2233

Sobre a carta a que o caro associado se refere, publicada em Março, embora a mesma não fosse dirigida, objectivamente, ao nosso jornal, ainda que nela o mencionasse, entendeu-se útil, por visar assunto de momentosa importância, exposto de forma a poder interessar os nossos sócios, em geral, proceder à sua divulgação.

Com a mesma transparência com que a revelámos, também nos fizemos eco da leitura à mesma feita pelo serviço próprio, a qual nos parecia não ofender a susceptibilidade do seu subscritor. Uma vez que o entendimento do sócio Palos diverge do nosso, nesse ponto, endereçamos-lhe desculpas, na certeza da sua compreensão e incentivando-o a que continue a considerar suas, na defesa dos direitos dos deficientes militares, estas páginas.

Uma outra carta, neste período, foi também recebida do sócio n.º 12 024 Hélder de Oliveira Silvério, a qual agradecemos mas não podemos publicar por se entender que colide com o n.º 2 do art.º 1.º da ADFA e que, recorde-se, diz:

«A ADFA nunca poderá ter carácter político-partidário ou seguir qualquer credo religioso, sendo vedado aos associados ou órgãos sociais encaminhá-los para qualquer partido ou religião, ou ainda servir-se dela para iguais fins.»

**Participando
construímos
o futuro**

MAS AS CRIANÇAS, SENHORES...

J. M. S.

Para escrever o artigo de hoje tive necessidade de reler o que já havia sido publicado nesta série, principalmente no respeitante à «Cimeira Mundial para as Crianças» (ELO/JAN91).

Mas antes, talvez, não o tivesse feito! É que tal notícia me veio trazer à memória a sugestão feita e (n)a ADFA — Órgãos e sócios — considerar 1991 como «Ano de solidariedade e cooperação», trazendo, logicamente, tal decisão em actos próprios e concretos. Mas o que aconteceu? Nada, infelizmente, como em tantas outras ocasiões e oportunidades. E a consciência dessa realidade, a qual, tão evidentemente, persiste no nosso dia-a-dia, mal-grado a vontade e luta de uns tantos abencerragens de boas intenções e esperanças, levou-me a que, mais uma vez, me interrogasse, neste caso muito especial, como é que este Mundo podia ser melhor se mesmo aqueles que viveram e sofreram, no seu espírito e na sua carne, situações tão ansiosas e dramáticas, em que, também se passando fome e dor, apenas a solidariedade e a interconfiança foram tábua de salvação para uns e fonte de imensa satisfação humana para outros, todos, se mostram tão ausentes e tão esquecidos? Não tenhamos ilusões que, tanto ou mais do que os políticos, somos todos nós, cada um de nós, que friamente assassinamos, com a nossa indiferença, milhares de inocentes em cada momento que passa!

É apenas porque nos autolimitamos, no teatro que é a vida, a sentar-mo-nos no comodismo da plateia, sem assumir a coragem e a dignidade de, ainda que como simples figurantes, subirmos ao palco onde se joga a História, integrando-a e sentindo que fazemos parte dela. Quem sabe mesmo se, por acto voluntário ou até só subconsciente, por um gesto mais decidido, uma voz mais forte, uma postura mais marcante, não nos iremos destacando dos demais, conseguindo papéis cada vez mais importantes, chegando a primeiro plano ou apenas aonde entendamos que estamos bem, fazemos melhor e somos mais capazes!

Afinal tão simples que é subir esses poucos degraus que fazem a diferença entre o ser passivo e o ser activo, o ser mero espectador e ser já actor, ou, como estamos a usar o campo teatral, em termos quase de fábula, a diferença entre o carneiro e o pastor!

Tendo como base alguns dos artigos anterior-

res nesta rubrica, nomeadamente o do mês passado, diríamos que preencher um cheque (UNICEF — Dia da criança africana) nos dava lugar pontual numa única apresentação (que poderíamos repetir, claro...), enquanto que assinar uma declaração (AMI — Salvar uma vida), nos atribuía um papel a mais longo prazo, e tão ou mais importante conforme o número de pessoas que também aliciássemos.

Sabe-se, porque é hábito este tipo de reacção, que muitos não terão saído das suas cómodas cadeiras, sob o pretexto da dúvida sobre a real aplicação do dinheiro que dariam... «sei lá para onde é que ele vai!». Para além de mera especulação, dados os méritos confirmados, internacionalmente, quer da «Companhia» quer dos «actores» principais, será que tais pessoas, no seu dia-a-dia, se preocupam sobre a utilização e destino das quantias que gastam seja em pagamento de impostos (e a corrupção, os desvios e mesmo a má administração são noticiário constante), seja na compra de produtos de proveniência duvidosa ou com origem em empresas que exploram o trabalho infantil, destroem o ambiente, branqueiam o dinheiro da droga ou estão associadas ao fabrico de armas? Claro que isso pareceria ridículo, pois não há tempo/consciência para tais divagações, quando o prazer imediato e o consumismo é uma das regras da economia imposta numa sociedade encadeada de «bem comportados». Que tal, uma vez por outra, para começar, quebrar a cadeia, sair do sistema e olhá-lo de cima, em atitude crítica? É evidente que, de início, não nos vai tornar muito felizes o que passamos a poder ver, agora que recusamos ser apenas massa amorfa, escravizada, fatalmente conduzida. Mas certamente será, de imediato, bem compensador sentirmos que fomos capazes de sair, de nos vencermos a nós próprios, não fazendo já parte «daquilo!» e quanta alegria haverá quando estivermos até já prontos para também ajudar outros a tomar a mesma atitude — isto, claro, se não formos dos tais que acham que é bom que exista essa «massa» para a gozarem e para se servirem dela!...

Quanta satisfação, realmente, podemos sentir, por exemplo, ao vermos na televisão a multidão de crianças que sofre de fome e de miséria, individualizado uma, duas ou três, pensando que o nosso contributo, o teu, as

pode ter salvo! Até no sorriso dos teus filhos, das crianças felizes que conheces, passarás a descobrir como que o reconhecimento por teres salvo uma sua irmã!



E raciocina, connosco, como é tudo, na realidade, tão simples e mesmo lógico. Se no teu quotidiano, ao fim do dia, procurares recordar onde gastaste o teu dinheiro, hás-de verificar as inúmeras despesas prescindíveis que fizeste, umas mesmo inúteis, outras até perniciosas: a revista que te atraíu pela capa mas cujo conteúdo até não te interessou e que acabou no caixote de lixo mais próximo; o filme, cheio de fama, mas que até te magoou de grande, ou o vídeo que acabaste por devolver sem o teres visto por falta de tempo ou de disposição; o bolo... que aumentou o teu colesterol... e o pneu; a pastilha que não tiveste coragem de recusar ao miúdo, embora estejas farto de dizer a ti mesmo, e à Mãe, que não lhe dás mais «porcarias» dessas; o bilhete de metropolitano ou de autocarro, quando até te fazia bem andar aquela, afinal, tão curta distância; o café... que até é o 5.º do dia e te vai tornar irritadinho e/ou tirar o sono; tantas e tantas situações diárias que nos poderão ter dado prazer, ou ilusão, no momento, mas que esquecemos logo, porque se não tivessem acontecido até tinha sido melhor ou nada tinham alterado. Não será, propriamente,

NOTA: Já alguém nos observou, e mesmo acusou, de nos preocuparmos demasiado, ou apenas, com as crianças africanas e não pensarmos nas nossas. Independentemente da «criança» ser um valor universal, aquela ideia não corresponde à realidade, não só porque, por exemplo, a AMI trabalha nos mais variados locais (e o seu apoio às crianças na Roménia é ainda muito recente), como também já divulgámos, e com certo desenvolvimento, a acção (e morada, que agora recordamos: Largo Trindade Coelho, n.º 14, 1200 Lisboa ou Av. da Igreja, 52-3.º-D, 1700 Lisboa), do Instituto de Apoio à Criança.

De qualquer maneira, entendemos que não são situações propriamente semelhantes, já que, por exemplo, na Europa ou

desperdiço de dinheiro, e só acontece(m) porque o temos e não pensamos tanto nele. E os que os não têm? Os a quem tudo falta? Os que não sabem o que é um brinquedo, um vídeo, um bolo? (Dirás, talvez, que a culpa não é tua? Mas tu próprio, pensa, não te queixas tantas vezes?)

1500\$00 por mês, 18 000\$00 por ano, será muito? Um café por dia mais uma água mineral de dois em dois? Menos de metade de um jornal diário, quatro ou cinco revistas mensais, um livro? Meio «compact disc»? Alguns maços de tabaco, uns tantos «whiskies»? **PARA SALVAR UMA VIDA?!!!**

Não querendo falar de despesas supérfluas, luxuosas e ostensivas — que tantas são as que, insolente e provocadoramente, nos atiram todos os dias à cara —, será que, na maioria dos casos, e das pessoas, alguém precisará de cortar, realmente, qualquer dos seus pequenos vícios para salvar uma vida? Cremos bem que não, tanto mais que até basta escrever uma carta para que o banco trate do resto!

Bom, e agora, no pouco espaço que nos resta, deveríamos falar, como prometemos em Maio, da situação da criança. Mas, por hoje, não bastará já, ainda por cima porque todos nós, uns mais no fundo do que outros, sabemos bem o que se passa, tendo maior ou mesmo, perdoe-se, mais maior (ninguém tem menor...) consciência do problema, apenas desconhecendo ou recusando, isso sim, a forma pessoal de poder contribuir para aliviar e atenuar tal sofrimento? Mas nós vamos dizer e recordar...

mesmo nos Estados Unidos da América, em que há, na realidade, também miséria absoluta (abaixo das condições de sobrevivência), a questão tem mais a ver com sistemas, já que não existe falta e dinheiro, meios e mesmo legislação preventiva e de protecção. Na verdade, não deixa de ser trágico que se possa morrer de fome, e morre-se, quando tanto se fala, na região, e excesso de produção alimentar, ao mesmo tempo que, em razão de uma definição própria, a pobreza tenha passado, em dez anos, de 40 para cerca de 55 milhões de pessoas, cabendo-nos só a nós, portugueses, perto de 3 milhões, quase um terço da população. Como alguém diria, mais do que democracias de sucesso, o insucesso das democracias. Mas isso é outra história...



SALVAR UMA VIDA

Em declaração a enviar ao seu balcão da Caixa Geral de Depósitos (ou outro Banco, mas aqui suportando algumas despesas mínimas de transferência); informar que deve ser depositada na conta especial da AMI, mensalmente, uma determinada quantia (nós propomos 1500\$00 que é a verba gasta com a vacinação completa de uma criança).

«À Caixa Geral de Depósitos — balcão

Serve a presente para informar que, a partir do dia ____ deste mês, e mensalmente na mesma data, até ordem em contrário, deve ser transferida da minha conta n.º _____, nesse balcão, para a conta n.º 0698015714730 (AMI), na CGD/Rossio, a quantia de 1500\$00 (mil e quinhentos escudos), dentro do espírito da campanha do jornal «ELO», da ADFA. «Salvar uma vida».

Com os melhores cumprimentos

a) _____

(assinatura conforme a que está na CGD)

B. I. n.º _____ de ____ / ____ / ____ de
Al _____

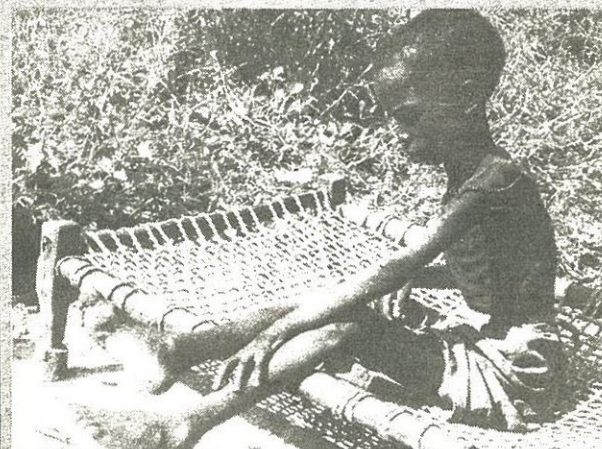
Informa-se, para terminar, que esta transferência, feita dentro da mesma entidade bancária, não acarreta despesa para qualquer das partes.

Nota: se desejar da conhecimento à AMI desta sua acção, deverá enviar para — AMI, Apartado 521, Carnaxide, 2795 LINDA-A-VELHA —, uma fotocópia desta carta.

E reconhece como é simples ajudar a SALVAR UMA VIDA!

DIA — TODOS OS DIAS — DA CRIANÇA AFRICANA

Enviar para a UNICEF — Av. António Augusto de Aguiar, n.º 56-3.º Esq., 1000 Lisboa —, um cheque com a quantia possível, a recordar que cada dia deve ser o DIA DA CRIANÇA AFRICANA.



Sabe, ou sequer imagina, quantas crianças, em todo o Mundo, moreram de fome, doenças e miséria, no espaço de tempo que demorou a ler este artigo! Cerca de 250!

OUTRA FORMA DE SOLIDARIEDADE

Sónia Cristina, uma menina de 7 anos de idade, sofre de uma doença extremamente grave e gostaria, certamente, de receber, talvez principalmente de outras crianças, mas não só, postais-ilustrados de todos os pontos do País.

Vamos pois enviar para **Sónia Cristina Magalhães Semanas, Rua de Santa Luzia, n.º 763 — 1.º, A, 4200 PORTO**, uma pequena mensagem a desejar-lhe rápido restabelecimento.

NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Diz o ditado que o rabo é o mais difícil de esfolar, e quem esteja a acompanhar o andamento da construção da nova Sede, compreenderá, com factos, a realidade de tal conceito. Praticamente concluído o esqueleto da obra, tardam-se, aparentemente, os acabamentos e mais pormenores, os quais, não sendo, ainda por cima, tão visíveis como um erguer de paredes, parecem não querer andar. Claro que tal não acontece, e se alguma demora extraordinária se tem verificado isso deve-se, fundamentalmente, a pequenas — e às vezes maiores — alterações ao projecto inicial, já que se pretendendo, e muito bem, que este edifício seja modelo, em uso e operacionalidade relativa a grandes deficientes motores e da vista, não existindo ainda nenhum como ele, à medida que foi sendo construído algumas soluções previstas demonstraram não serem as melhores, tendo, por isso, que ser encontradas alternativas viáveis e que não colidisse com o já feito. Mas, e nisso julgamos estar todos de acordo, mais vale um pouco mais tarde mas bem, do que mais cedo e mal.

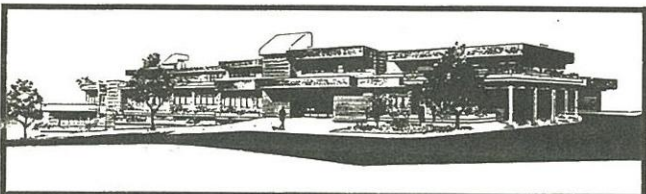
Entretanto, e seguindo-se ao Ministério da Defesa Nacional, que atribuiu mais uma comparticipação de 35 000 contos (entregues pessoalmente pelo secretário de Estado durante a visita efectuada em 14MAI passado/ver ELO MAI92), também os Ministérios do Emprego e Segurança Social e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações anunciaram a disponibilidade de novas verbas, respectivamente 35 000 e 5 000 contos.

No entanto, e deve de novo chamar-se a atenção de todos para tal, a comparticipação oficial para a nova Sede conforme protocolo e posteriores contactos, não cobre senão a construção, propriamente dita, do edifício, cabendo à ADFA, aos seus associados e amigos, a despesa total com o respectivo equipamento e mobiliário, a qual se prevê atingir as largas dezenas de milhar de contos.

Por isso, e dado estar-se já no estudo final dessa fase derradeira que precede a tão desejada e tardia inauguração, há que reanimar a participação dos sócios, dinamizar os amigos, cativar as empresas, estas quer para donativos em dinheiro quer para ofertas em artigos e materiais.

Para isso, contamos contigo! **QUE CADA SÓCIO, NESTA ETAPA FINAL, SE TRANSFORME NUM CAMPEÃO NA OBTENÇÃO DE APOIOS PARA A NOVA SEDE.**

Em relação ao trabalho da Comissão de Fundos, espera-se a aprovação de um proposto regulamento de sorteio que esperamos poder publicar, assim como a lista de prémios, ainda antes de férias. Como resposta à campanha das mil maiores empresas, há que acrescentar: «QUINIBRO» — 5000\$00; «FILOMENA NEVES/ARTES GRÁFIAS» — 30 000\$00; «LA REDOUTE», «CONDURIL/CONSTRUTORA DURRIENSE» e «MARTINI & ROSSI» — 100 000\$00/cada.



Finalmente, quanto à nossa campanha própria, temos:

Transporte (MAI92) 10 382 223\$20

SÓCIOS		
N.º	NOME	QUANTIA

Sede	António FR Marques	10 000\$00
2 255	José JM Lourenço	20 000\$00
62831	Joaquim M Magro	15 000\$00
12349	Armindo MP Ramalho	10 000\$00
12 085	Eduardo R Rebelo	1 000\$00
12 408	Flamínio M Coelho	2 000\$00
11 763	Manuel JD Fernandes	5 000\$00
6 984	Isaac MC Narciso	3 000\$00
10 065	José MSM Monteiro	5 000\$00
11 040	Ricardo C Piedade	5 000\$00
9 195	José VL Pereira	4 000\$00
6 126	Germiniano L Santos	5 000\$00
12 368	Cosme HB Monteiro	2 000\$00

Encargos anuais mínimos 123.900\$00 (Clio 1.1) e máximos 132.900\$00 (Clio 1.4). Consumo 15.000 Kms 123.900\$00/132.900\$00; seguro obrigatório de responsabilidade civil 21.963\$00; impostos obrigatórios 2.840\$00/4.630\$00. Cálculos com base em gasolina Eurosuper, Nov/90.



EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível. Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém? Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA, S.A. (Sucursal)
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E (Oficina, peças) — Tel.: (01) 859 00 58
1900 LISBOA
Av. Frei Miguel Contreiras, 16-A (Oficina, peças) — Tel.: 80 84 98/88 61 14
1700 LISBOA
Av. de Roma, 25 (Stand) — Tel.: 76 50 71/2 — 1000 LISBOA
Av. Infante D. Henrique, Lote 575 (Stand) — Tel.: 31 91 30/31 91 61 — 1800 LISBOA

Castelo Branco

10 231	José E Gil	1 000\$00
8 382	Gregório J Eduardo	1 000\$00

Faro

8 731	Sérgio PR Dias	2 000\$00
7 883	José D Carmo	5 000\$00
12 349	Manuel T Canhoto	1 000\$00
11 089	Feliciano AN Grilo	5 000\$00

Setúbal

793	Manuel MP Gonçalves	1 000\$00
4 636	Aristides F Santinho	1 000\$00
1 705	António C Carvalho	1 000\$00
2 077	António M Pereira	1 000\$00
2 078	Domingos C Pires	1 000\$00
2 367	Joaquim A Raposo	1 000\$00
6 001	Albertino S Lopes	1 000\$00

VN Famalicão

9 594	Joaquim M Gomes	5 000\$00
-------	-----------------	-----------

Viseu

1 431	Carlos P Couto	2 000\$00
6 442	José J Almeida	1 000\$00
908	Narciso B Pinheiro	10 000\$00

Não sócios

Sede

António F Dias(*)	5 000\$00
José M. Ferreira(*)	5 000\$00

A transportar (JUN92) 10 514 223\$20

(*) De assinalar que estes n/sócios são dois guardas, deficientes da PSP, que vindos à nossa Secretaria obter informações sobre os seus direitos e situação, assim quiseram mostrar o seu reconhecimento pela forma como sempre têm sido atendidos, malgrado os nossos Estatutos não permitirem que se tornem associados.

SÓCIOS FALECIDOS

JOSÉ MARIA NETO, sócio n.º 7860, natural e residente em Montemor-o-Velho, concelho de Montemor-o-Velho, faleceu no passado dia 23 de Março de 1992.

Pensionista de invalidez, sofreu o seu acidente em Mafra ao cair de um cavalo. Viúvo, deixa quatro filhos.

JOSÉ MANUEL COELHO MOURA, sócio n.º 2617, natural e residente

em Monte do Trigo, concelho de Portel, faleceu no passado dia 2 de Maio de 1992.

Sócio com 30 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente na Guiné devido a rebentamento de uma granda.

Deixa viúva a Sra. Dona Maria da Assunção Botas Charrua Freire, e dois filhos.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas sentidas condolências.

Serviço de contencioso

— atendimento aos sócios —

Na continuação da reestruturação já há tempos empreendida no Serviço de Contencioso da Sede, informam-se os sócios que o nosso advogado passou a receber os interessados as 3.ª e 5.ª-feiras a partir das 14 horas, devendo ser feita a respectiva marcação prévia quer pessoalmente quer pelo telefone (01) 346 21 67/8.

Companheiras & Juniores (*)

Por proposta/desafio, diga-se que há muito tempo desejado pelo ELO, de algumas pessoas desta Casa, vamos iniciar uma rubrica, completamente nova no nosso jornal, dedicada às esposas e filhos dos sócios, a qual ficará à responsabilidade de Mira, a quem devem ser endereçados todos os artigos, sugestões e outra colaboração.

Para já, se és filho/a de sócio e queres trocar ideias e fazer novas amizades, escreve-nos, enviando o teu nome, idade e morada, a fim de ser publicado no teu «Cantinho». Ficamos, desde já, à espera.

(*) Atenção: o nome da secção é apenas provisório, pelo que devem, sobre ele, enviar as vossas sugestões.

Entretanto, um primeiro artigo, bem doce e saudável:

A fruta Componente ideal na alimentação humana

O Verão está à porta, e nada melhor que o bom sabor da fruta fresca que é sinónimo, para a maioria das pessoas, de vitamina E e fibras. Mas não é só isso!

A maior parte das frutas além dos citrinos, contém outras vitaminas e minerais que tornam o nosso organismo numa verdadeira fortaleza contra infecções e doenças, além de condicionar um adequado funcionamento do trânsito intestinal.

Graças às frutas que comemos, o nosso corpo metaboliza determinadas toxinas, eliminando-as, já que estas podem inibir e condicionar processos vitais.

As frutas representam o ouro e a prata nas colunas e paredes do maravilhoso edifício em que vivemos.

Afirma-se que o homem é naturalmente um frugívoro que, pelo hábito, se tornou omnívoro, e é certo que, se tomarmos a palavra no sentido botânico, a fruta excede na estimacão humana a todas as outras partes das plantas.

Todo o alimento destinado à edificação do corpo é, no seu estado natural, belo e de um efeito agradável à vista.

Pensai nas rosadas maçãs, nas douradas peras, nas ameixas purpúreas, nos aveludados pêssegos, nas transparentes uvas; cada uma dessas variedades de frutas tem uma cor e uma forma próprias, e todas elas são belas.

Cada fruto tem o seu gosto especial.

Seria difícil encontrar uma pessoa que não aprecie uma ou outra fruta.

Quando alguém está doente e lhe falta o apetite, a fruta é, às vezes, a única coisa que ainda lhe apetece.

A Natureza cria em nós o desejo, justamente da fruta, que é própria para refazer as células, restaurar a saúde e dar apetite.

Durante o ano sucedem-se as suas deliciosas variedades, e se no tempo dos morangos achamos que eles têm o mais excelente paladar possível, em breve lhe sucedem outras frutas, e achamos todas igualmente deliciosas, embora de gosto diferente.

Quase todas as frutas se compõem na maior parte de água.

A água de cada fruta tem uma cor e um paladar distintos, por isso o sumo de frutas é o mais puro e excelente refresco que se pode obter.

Além de água as frutas contêm ácido e açúcar, e até a mais doce encerra algum ácido, podendo ser algumas ao mesmo tempo doces e ácidas.

A melhor qualidade de açúcar é o contido nas frutas. As frutas verdes

contêm amido, mas não açúcar, sendo na fase de maturação que o sol transforma o amido em açúcar. E por esta razão que, quanto mais madura se encontra, mais doce se torna.

Quando o açúcar das frutas se oxida no estômago, comunica energia aos músculos. Sendo assim, as frutas são um bom tonificador muscular, além de serem um dos alimentos mais refrescantes durante o Verão pelo facto de não produzirem tanta energia e calor como os amidos e as gorduras.

Frutas muito ácidas não deviam ser comidas de mistura com carne, leite, ovos ou vegetais ricos em amido.

É melhor fazer uma refeição exclusivamente de frutas do que combinações contrárias à Natureza.

A Natureza não combina amido com ácidos, ou ácidos com gordura, nem ácidos com elementos azotados, em grande escala.

A banana pode constituir uma ligeira excepção a este respeito. A não ser que se comam frutas meia hora antes da refeição, convém comê-las depois desta, porque o ácido das frutas embarga a digestão do amido no estômago.

Muitos são da opinião que as frutas não lhes convêm e que não podem digeri-las. Em geral há uma causa para isso, pois que, na maioria das vezes, as pessoas juntam bastante açúcar às frutas, o que dá origem à existência de uma fermentação do suco, azedando-o no estômago, o que constitui uma das causas de indisposições.

O sistema de conservas permite-nos ter frutas durante todo o ano, porém a primeira conserva fê-la a Mãe Natureza, pois que nem a melhor dona de casa pode competir com ela neste sentido.

Cada maçã, ameixa, pêssego ou uva madura é uma pequena lata de conserva, soldada à prova de ar e de água, e rotulada com a sua etiqueta própria.

Ao observar um pomar ou uma vinha veio-me à mente a ideia de que estava perante um admirável armazém de frutas em conserva, pois o facto de a Natureza haver sito tão pródiga e solícita em dar a provar ao homem tão grande variedade de frutas, é um indício seguro de que a fruta foi destinada a ser o seu principal regimen.

A simplicidade no regimen e na escolha dos alimentos torna a vida menos dispendiosa, deixa mais tempo para outras ocupações, previne doenças, promove a saúde.

A máquina viva do organismo humano é o mais maravilhoso mecanismo que existe no Mundo, operando com a maior precisão de acordo com leis que são eternas.

Escolher frutas para um organismo tão complicado, exuberante de vida e dotado de inteligência, é um serviço muito nobre.

Como o carvão se cristaliza num diamante que emite luz, assim o alimento não só serve para formar cérebro, músculos, ossos e suprir energia, como também se cristaliza em ideias e acções.

Mira

PARTICIPA!

Delegação

de BRAGANÇA

Por motivo de férias do seu funcionário, a Delegação de Bragança estará encerrada de 16 de Julho a 7 de Agosto.

SEDE

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

CLÍNICA GERAL

Médico: sócio dr. Fernando Brito Terças e sextas-feiras, às 13 horas

PSIQUIATRIA

Médico: dr. Proença Terças-feiras, às 12 horas.

PSICOLOGIA — «Stress de guerra»

dr.ª Paula Frazão Terças, Quartas e Sextas-feiras, 10/12 h.

ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL

dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.

SERVIÇO SOCIAL

Técnica de Serviço Social: dr.ª Gracinda Benedito Segundas e Quartas-feiras, 14.30/17.30 h.

Outros Serviços

SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE:

Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00

BAR E CANTINA

Segundas a sextas-feiras 10H00/14H00 15H30/18H00

SECÇÃO FOTOGRÁFICA:

Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção)

- As consultas efectuam-se todas no consultório médico da Sede.
- As marcações são feitas do DASC., 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.
- As consultas de «stress de guerra» e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 32 62 47.

Viaturas OPEL

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
CORSA		
SW 1.0 3P	979 417\$00	1 383 130\$00
SW 1.2 3P	1 143 980\$00	1 687 067\$00
GL 1.5TD 3P	1 603 215\$00	2 568 661\$00
SW 1.2 4P	1 203 389\$00	1 756 552\$00
SW 1.5D 4P	1 488 685\$00	2 435 807\$00
GL 1.2 5P	1 238 432\$00	1 797 202\$00
SW 1.5D 5P	1 451 933\$00	2 393 174\$00
GL 1.5TD 5P	1 651 933\$00	2 625 174\$00
ASTRA		
GL 1.4 3P	1 485 382\$00	2 299 909\$00
GT 1.4 3P	1 781 109\$00	2 642 952\$00
GL 1.7TD 3P	2 036 477\$00	3 444 983\$00
GL 1.4 4P	1 639 228\$00	2 478 370\$00
GLS 1.4 4P	1 772 561\$00	2 633 037\$00
GT 1.4 4P	1 866 579\$00	2 742 098\$00
GL 1.7DA 4P	1 723 325\$00	3 108 653\$00
GLS 1.7TD 4P	2 027 930\$00	3 435 069\$00
GT 1.7TD 4P	2 121 947\$00	3 544 129\$00
GL 1.4 5P	1 528 117\$00	2 349 482\$00
GLS 1.4 5P	1 596 493\$00	2 583 464\$00
GT 1.4 5P	1 823 844\$00	2 692 525\$00
GL 1.7DA 5P	1 680 590\$00	3 059 080\$00
GT 1.7TD 5P	2 079 212\$00	3 494 556\$00
ASTRA CARAVANS		
GL 1.4	1 630 681\$00	2 468 456\$00
GLS 1.4	1 823 844\$00	2 692 525\$00
CLUB 1.4	1 900 767\$00	2 781 756\$00
GL 1.7DA	1 783 154\$00	3 178 055\$00
GLS 1.7TD	2 079 212\$00	3 494 556\$00
CLUB 1.7TD	2 156 135\$00	3 583 787\$00
VECTRA		
GL 1.7DA	2 270 590\$00	3 743 480\$00
GLS 1.7TD	2 535 622\$00	4 023 992\$00

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
UNO 45 3P	996 768\$00	1 374 924\$00
UNO 45 5P	1 159 699\$00	1 563 924\$00
UNO 60 3P	1 117 554\$00	1 576 924\$00
UNO 60 5P	1 183 071\$00	1 652 924\$00
UNO DIESEL 3P	1 276 979\$00	1 910 924\$00
UNO DIESEL 5P	1 406 281\$00	2 060 924\$00
TIPO 1.400 S	1 460 101\$00	2 218 069\$00
TIPO 1.700 D	1 527 354\$00	2 847 644\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 747 605\$00	2 551 574\$00
TEMPRA 1.4 (carrinha)	1 788 252\$00	2 592 924\$00

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
GOLF CL 1.4 2 P	1 433 947\$00	2 197 153\$00
GOLF CL 1.4+4 P	1 471 324\$00	2 240 510\$00
GOLF GL 1.4 2 P	1 702 529\$00	2 508 708\$00
GOLF GL 1.4 4 P	1 739 906\$00	2 552 065\$00
VENTO CL 1.4	1 620 565\$00	2 413 629\$00
VENTO GL 1.4	1 902 230\$00	2 740 361\$00
PASSAT GL TD	3 179 208\$00	4 536 310\$00
PASSAT CL TD	2 785 523\$00	4 079 635\$00
PASSAT VAR CL TD	3 017 181\$00	4 348 359\$00
PASSAT VAR GL TD	3 383 636\$00	4 773 446\$00

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura, excepto para a marca Opel.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16 a partir das 19H30, Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.

ADFA — Delegação do Porto

Apoio aos sócios

- Compra de viaturas de qualquer marca
- Aquisição de pneus com desconto

A Delegação tem ao dispor dos seus associados um serviço que os apoiará na compra de viatura própria, o qual se encontra à disposição de todos, independentemente de estarem, ou não, abrangidos por legislação específica de isenção de impostos.

Para obterem informações mais detalhadas, devem os interessados contactar:

- gabinete de apoio aos órgãos da Delegação (sócio Abel Fortuna), pelo telefone 02/82 04 03, ou
- o colaborador da Direcção, sócio Américo Meireles, que atende nos primeiros sábados de cada mês, ou pelos telefones 02/82 04 03 e 02/995 58 60.

**JORNAL
ASSOCIATIVO**

Seis meses de intensa actividade associativa auguram forte participação no futuro



CALENDÁRIO ASSOCIATIVO

18JUL — Aveiras de Cima: Encontro de sócios da região de Alenquer, Azambuja e Cartaxo.

15SET — Sede: Reunião de sócios.

E não esquecer...

23NOV — Sede: 18.º aniversário do ELO.